



DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Com o período eleitoral se aproximando e pensando na reeleição, o Governador Zezinho da Galera com o objetivo de mostrar a concretização das promessas apresentadas na campanha anterior, determinou que sua assessoria realizasse estudos para a promoção de uma ampla reforma das casas localizadas na região sul do Estado. Segundo o Governador, a sociedade só frequenta aquela área do estado durante o período Carnavalesco, logo, segundo ele, as casas para a sociedade não têm qualquer importância.

Entretanto, a área residencial forma um belo e importante conjunto arquitetônico do século XVIII e o seu valor no processo evolutivo da humanidade foi reconhecido por diversas organizações nacionais e internacionais. Isto resultou no tombamento da referida área.

A partir dos estudos determinados pelo Governador, um projeto apresentado por um conhecido arquiteto modernista foi escolhido. Tal projeto substituiria as fachadas originais de todas as casas, por estruturas mais modernas. Com o fim da licitação, o contrato administrativo foi celebrado entre o Estado Alfa, representado pelo Governador Zezinho, e a sociedade empresária Mais Estilo (responsável pela realização das obras de reforma, conforme divulgado em cerimônia).

Logo após a divulgação, João, cidadão brasileiro, atuante líder comunitário e com seus direitos políticos em dia, formulou requerimento administrativo solicitando a anulação do contrato. No entanto, no mesmo dia em que o requerimento foi indeferido pelo Governador. O argumento foi o seguinte: a Lei estadual nº XX/2021 ao determinar o rompimento com a tradição trouxe expressamente a modernização a autorização para a modernização dos prédios indicados. Inclusive a maioria dos municípios entendem que tal tradição foi a causa do atraso civilizatório do Estado. A sociedade só lembra da região no Carnaval.

João estava preocupado com o início das obras, pois já na primeira fase ocorreria a demolição parcial das fachadas. Para tentar evitar que se iniciasse a demolição, João ajuizou uma Ação Popular em face do Governador Zezinho, a sociedade empresária Mais Estilo e do Estado Alfa. O objeto da ação foi não só tornar nula a contratação realizada, como requerer a condenação ao pagamento de perdas e danos, tendo em vista o ato lesivo praticado ao patrimônio da administração pública, já que houve clara e evidente violação a Constituição Federal que protege o patrimônio histórico e cultural.

No curso da ação judicial, houve sentença julgando improcedente o pedido formulado na inicial, sob o argumento de ser válida a lei estadual (que autoriza a modernização dos prédios indicados), contestada em face da Constituição Federal. Diante dessa decisão, houve a interposição do recurso de apelação ao Tribunal de Justiça do Estado ALFA (por João), o qual foi negado provimento, por unanimidade, confirmando o mesmo argumento proferido em sede de sentença.

Após o prazo de 08 dias contados da publicação da decisão que rejeitou os embargos de declaração, João procura um novo advogado para assumir a causa e ajuizar a medida mais adequada. Elabore você, na qualidade de novo advogado, a peça cabível para o caso em exame, contendo todos os requisitos formais e a fundamentação jurídica.

(Valor: 5,00) Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Município Z aprovou a Lei nº 000. Tal lei proibiu o transporte remunerado de passageiros por meio do uso de aplicativos. A justificativa foi que a Lei Orgânica local condiciona o exercício desse tipo de atividade à prévia autorização da entidade federativa, que no respectivo ato avalia a capacidade do agente econômico garantir a segurança dos usuários. Para apurar a compatibilidade do diploma legal com a Constituição Federal, o Procurador Geral da República (PGR) decidiu ajuizar uma medida judicial objetiva. Responda de forma fundamentada os itens a seguir:

- a) A Lei nº 000 é constitucional?
- b) No caso apresentado, o Procurador Geral da República poderia ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Estado X estava preocupado e decidido em zelar pela infância e pela juventude. Após algumas pesquisas percebeu que inexistia lei federal tratando sobre os vencimentos das mensalidades escolares. Por isso, decidiu editar lei dispondo que as datas de vencimentos deveriam ser entre o dia 01 e o dia 10 de cada mês. O argumento utilizado foi o seguinte: haveria tempo hábil para que os pais e responsáveis recebessem seus salários, o que costuma ocorrer na referida época do mês, e efetuassem o respectivo pagamento. A Associação Nacional de Pais, que há décadas luta pelos direitos da categoria, julgando que a lei fere a Constituição Federal de 1988, decide ingressar com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em face da referida lei.

À luz da sistemática constitucional, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) A lei é constitucional?
- b) A Associação Nacional de Pais possui legitimidade para ajuizar uma medida judicial de direito objetivo no caso apresentado?
- c) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é a medida adequada no caso apresentado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Silvinho do Bairro, Chefe do Poder Executivo do Estado Y, vetou de modo expresso parte do Projeto de Lei W, aprovado pela Assembleia Legislativa. No entanto, ele não se pronunciou em relação ao restante do projeto. O Poder Legislativo foi devidamente comunicado sobre o veto à parte do projeto e decidiu derrubá-lo em sessão realizada três meses depois.

Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que em relação ao silêncio do Chefe do Poder Executivo quanto à parte do projeto importa em veto tácito?
- b) A parte do veto derrubado deverá ser promulgada diretamente pelo Presidente da Assembleia Legislativa?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O Deputado Federal Caio apresentou um projeto de lei que realiza alteração no efetivo das Forças Armadas. O projeto passou pela tramitação devida perante as Comissões da respectiva Casa e foi aprovado. Logo após houve o seu encaminhamento para o Senado Federal, que confirmou a sua aprovação.

Ao chegar no Presidente da República, o projeto foi sancionado imediatamente e publicado no Diário Oficial. De acordo com o sistema jurídico-constitucional vigente, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) A referida lei é constitucional?
- b) A sanção presidencial possui o condão de suprir eventual vício de iniciativa a projeto de Lei?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

